

# Workshop sobre a Política Federal Brasileira de Patrimônio Cultural Imaterial

Joinville, agosto de 2016



## Estrutura da Apresentação

- Neste workshop, iremos apresentar os principais fundamentos, conceitos, diretrizes, objetivos e procedimentos da legislação federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial
- A apresentação está dividida em 3 partes:
  - A Política Brasileira de Salvaguarda do PCI
  - Instrumentos de Identificação e Reconhecimento de PCI
  - Instrumentos de Apoio e Fomento

# **POLÍTICA BRASILEIRA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Joinville, agosto de 2016

## Estrutura da Apresentação

- Na primeira parte será apresentada a estrutura administrativa brasileira e a institucionalidade da política federal brasileira de salvaguarda do patrimônio cultural
- Na segunda parte, serão apresentados os conceitos basilares, objetivos gerais, princípios e linhas gerais de atuação.



Fotos do Registro do Samba de Roda do Recôncavo Baiano

# INSTITUCIONALIDADE BRASILEIRA

## Cronologia da política brasileira

- O anteprojeto de Mário de Andrade (1936)
- Criação do Iphan (1937)
- Criação da Comissão Nacional de Folclore (1947)
- A Fundação Pró-Memória, o PCH e o CNRC (1979)
- Constituição Federal (1988)
- Carta de Fortaleza (1997)
- O GT Patrimônio Imaterial (1998)
- Decreto 3.551/2000
- Metodologia do INRC (2000)
- Criação do Departamento (2003)

## Ampliação do Conceito de Patrimônio Cultural

- Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os **bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de **referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

(...)

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

## Marcos Legais

- **Constituição Federal do Brasil de 1988**
- **Decreto 3.551/2000:** institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI.
- **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial/UNESCO – 2003.**
  - Ratificada pelo Brasil em 2006

## Infralegais

- Resolução nº 001/2006 – procedimentos administrativos para instauração de processo de Registro
- Resolução nº 001/2009 – procedimentos administrativos para submissão de candidatura brasileira às Listas da Convenção Unesco 2003
- Instrução Normativa nº 001/2009 – cessão de metodologia do INRC
- Resolução nº 001/2013 – procedimentos administrativos para instauração de processo de Revalidação
- Portaria nº 299/2015 – Termo de Referência para Planos de Salvaguarda de Bens Registrados
- Portaria nº 200/2016 – Princípios e Diretrizes do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

## Estrutura Administrativa da Política de PCI

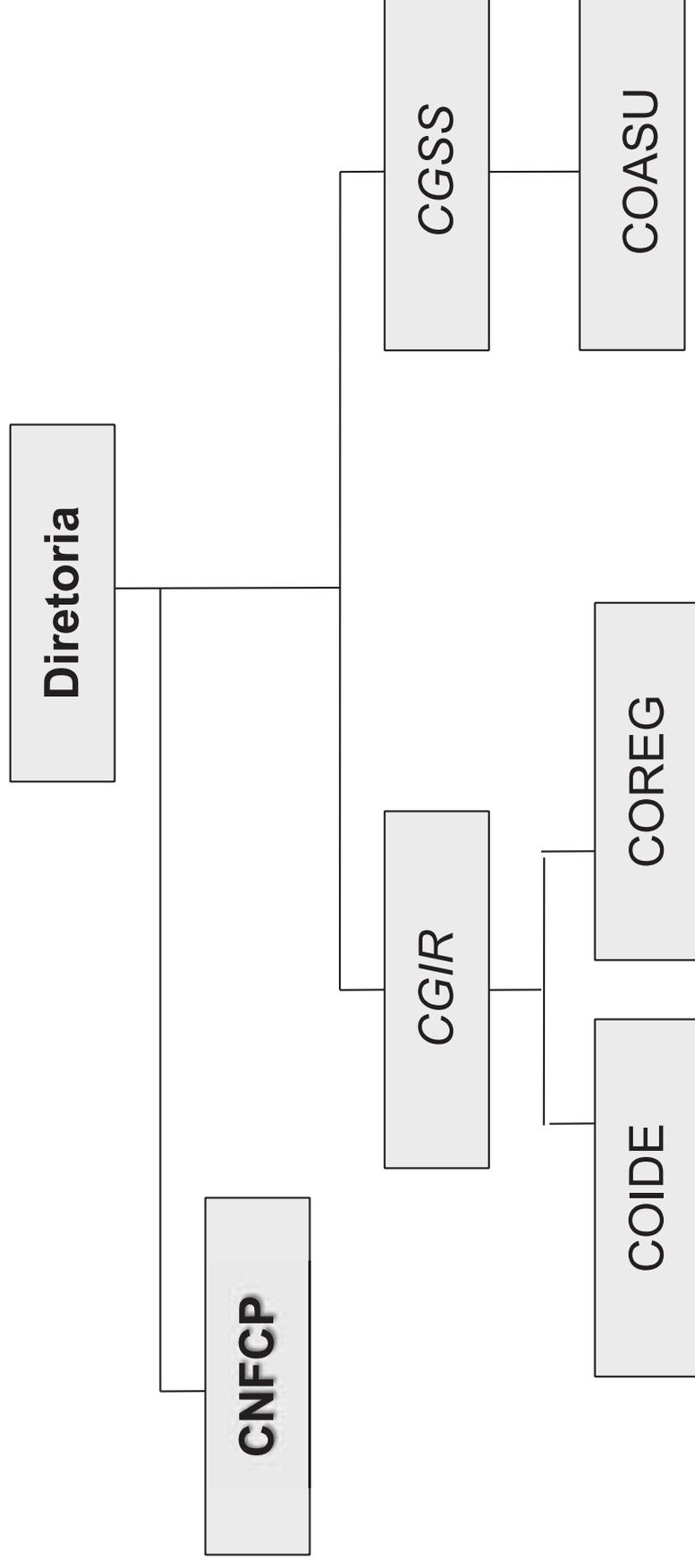
- O responsável direto pela execução da política é o IPHAN, através do seu Departamento de Patrimônio Imaterial, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP e das 27 Superintendências estaduais.
- O IPHAN trabalha sempre em parceria: com instituições de detentores, da sociedade civil (ONGs, associações) e do governo (em todos os níveis).

## Estrutura Administrativa da Política de PCI

- Criado em 2004 para dar continuidade às ações do PNPI, subdivide-se em duas Coordenações Gerais e três coordenações específicas:
  - Coordenação Geral de Identificação e Registro – CGIR
    - Coordenação de Identificação
    - Coordenação de Registro
  - Coordenação Geral de Salvaguarda – CGS
    - Coordenação de Apoio à Sustentabilidade
- Como parte da sua estrutura, engloba ainda o Centro Nacional de Cultura Popular.

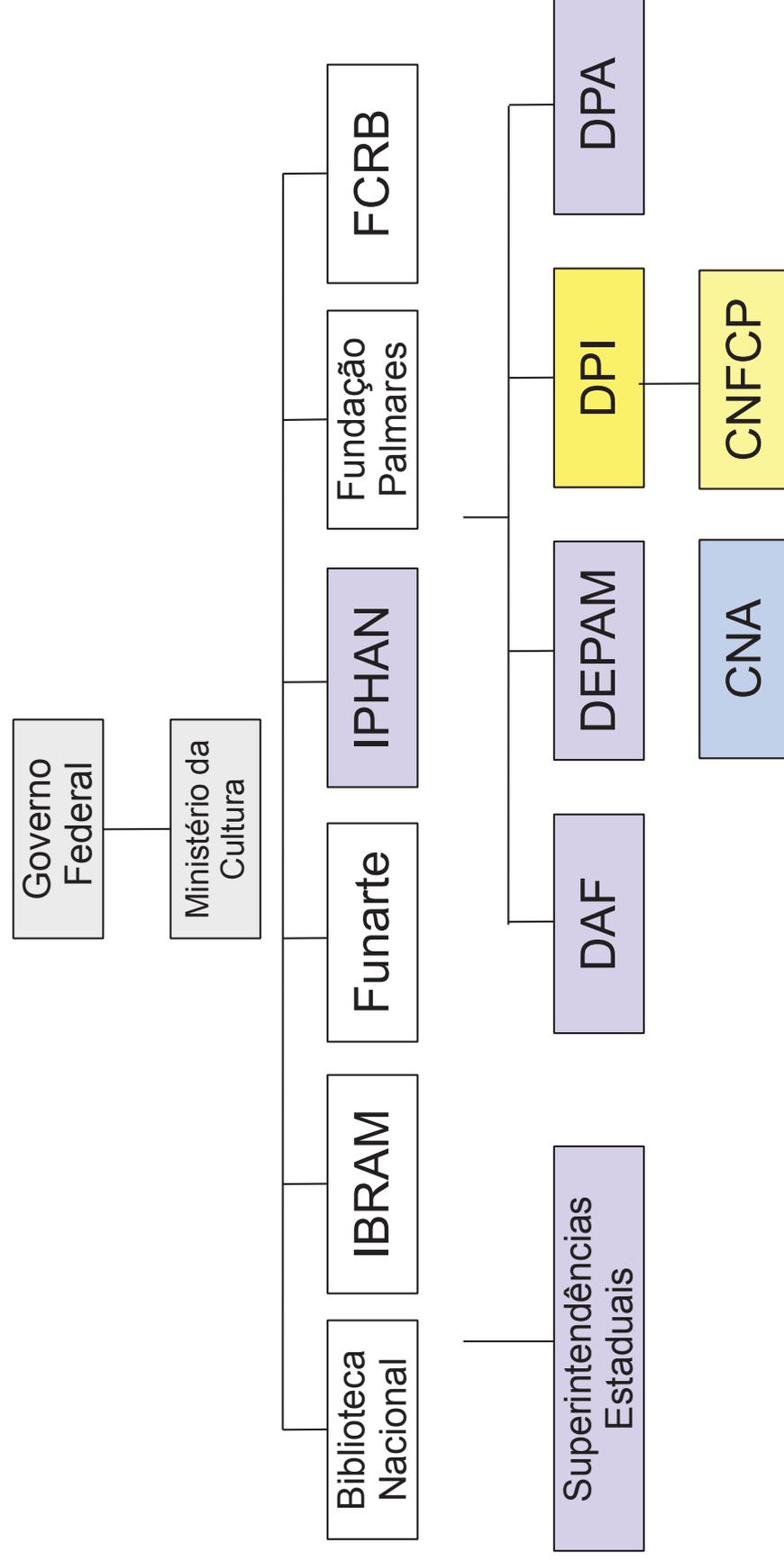
## Estrutura Administrativa da Política de PCI

- O Departamento de Patrimônio Imaterial



# Estrutura Administrativa da Política de PCI

## ■ O IPHAN





Fotos do Registro das Matrizes do Samba Carioca

# A POLÍTICA PARA PCI

## Conceitos basilares

- Patrimônio cultural imaterial são as criações culturais de caráter **dinâmico e processual**, fundadas na **tradição** e manifestadas por indivíduos ou **grupos de indivíduos** como **expressão de sua identidade cultural e social**.
- **Referências Culturais** são os sentidos e valores de importância diferenciada atribuídos aos diversos domínios e práticas da vida social (festas, saberes, modos de fazer, lugares e formas de expressão, etc) e que, por isso mesmo, se constituem em marcos de identidade e memória para determinado grupo social.

## Características Gerais do PCI

- Conceito amplo, de forte cunho antropológico, que abarca potencialmente todos os grupos e camadas sociais; que dá visibilidade às práticas culturais imersas na vida cotidiana; propõe a inclusão, nas políticas de patrimônio, de novos conceitos, objetos, sujeito e universos culturais.
- Caráter dinâmico e processual
- Fundado na tradição
- Transmissão geracional
- Referência cultural para as comunidades
- Proeminência da perspectiva da comunidade
- Processo de seleção dos símbolos nacionais e referências culturais

## As áreas do PCI

### BRASIL (*categorias*)

- Celebrações
- Ofícios e modos de fazer
- Formas de Expressão
- Lugares

### UNESCO (dimensões)

- tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- expressões artísticas;
- práticas sociais, rituais e atos festivos;
- conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- técnicas artesanais tradicionais.

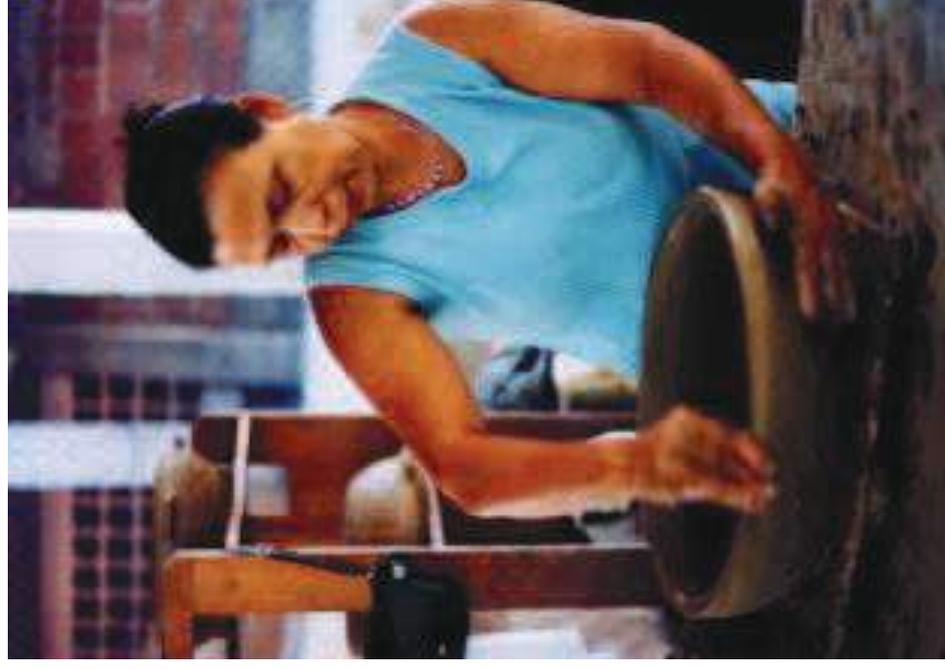
## As áreas do PCI brasileiro

- **Saberes:** conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades
- **Celebrações:** rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social
- **Formas de Expressão:** manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas
- **Lugares:** mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

# Ofício das Panelleiras de Goiabeiras/ES - 2002

---

## Livro de Registro dos Saberes

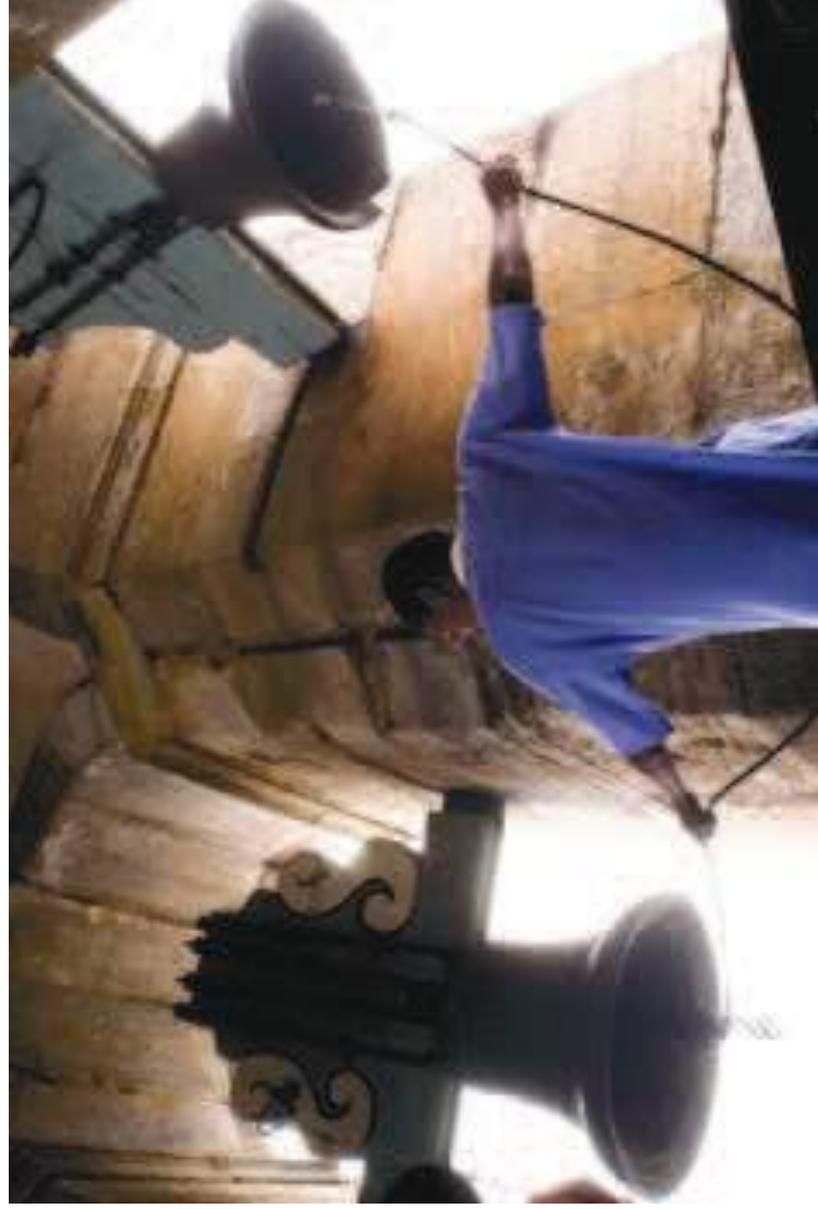


# O Toque dos Sinos em Minas Gerais

tendo como referência São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes/MG - 2009

---

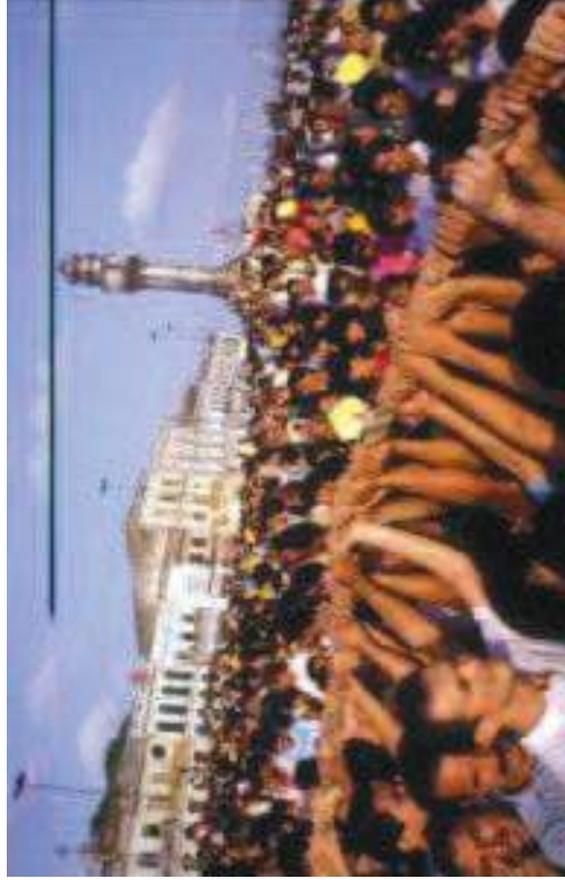
## Livro de Registro das Formas de Expressão



# Círio de Nazaré, Belém/PA - 2004

---

## Livro de Registro das Celebrações



# Feira de Caruaru/PE - 2007

---

## Livro de Registro dos Lugares



## Objetivos Gerais

- Valorizar e dar visibilidade à diversidade cultural brasileira
- Valorizar e reconhecer como patrimônio práticas sociais e expressões culturais inseridas na vida cotidiana dos grupos formadores da sociedade brasileira
- Apoiar e melhorar as condições sociais e materiais que propiciam a existência e continuidade de bens culturais de natureza imaterial

## Princípios Gerais

- **Participação ativa dos atores sociais** que produzem, mantêm e transmitem este patrimônio nos processos de identificação, reconhecimento e salvaguarda.
- Produção de informação e **documentação** como ação de salvaguarda em si mesma.
- **Descentralização e socialização de instrumentos** e atividades formativas com vistas à autonomia dos atores sociais e dos processos de preservação que conduzem.
- **Articulação da política** de salvaguarda com as políticas das áreas de educação, meio ambiente e desenvolvimento econômico e social.

## Princípios Gerais

- Promover o mapeamento, a identificação e a documentação de referências culturais no território nacional.
- Apoiar e melhorar as condições sociais e materiais que propiciam a existência e continuidade de bens culturais de natureza imaterial.
- Desenvolver as bases institucionais, conceituais e técnicas do reconhecimento e valorização da dimensão imaterial do patrimônio cultural.

# Instrumentos da política de salvaguarda de PCI

## 1. Identificação e documentação

Ações de pesquisa, mapeamento, documentação e demais formas de levantamento de dados sobre a situação dos bens culturais imateriais no Brasil.

Especialmente através da metodologia de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e desde 2010 também com o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

## Instrumentos da política de salvaguarda de PCI

### 2. Reconhecimento

Registro de bens culturais de natureza imaterial em um dos 4 Livros de Registro (Celebrações, Saberes, Formas de Expressão e Lugares)

Declaração como “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Reconhecimento do caráter dinâmico e processual dessas expressões da cultura através de inscrição provisória para revalidação a cada 10 anos.

Reconhecimento das línguas como Referência Cultural Brasileira.

## **Instrumentos da política de salvaguarda de PCI**

### **3. Apoio e fomento**

Ações que visam apoiar a continuidade de um bem cultural de natureza imaterial de modo sustentável. É atuar no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência.

**São planos e ações de salvaguarda para bens registrados, ações de salvaguarda emergenciais e também apoio à execução de projetos de salvaguarda de patrimônio imateriais não reconhecidos (como os apoiados pelos Editais de Chamamento Público do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI)**

## Instituições envolvidas

- Instituições Governamentais
  - Demais Ministérios e vinculadas
  - Governos locais
- Instituições de Pesquisa e Documentação
  - Arquivos
  - Museus
  - Universidades
- Instituições da Sociedade Civil
  - Associações da comunidade detentora

## Participação social

- Participação dos detentores na instrução será necessariamente como interlocutores; se possível, deverão ser integrados a equipe como pesquisadores; e nunca tratados como informantes
- Participação dos detentores no processo será como atores políticos/protagonistas e não como público-alvo das ações
- Possibilidades e estratégias para garantir a mobilização, o consentimento e o esclarecimento da comunidade sobre a política de salvaguarda do patrimônio imaterial

## Desafios

- **Assumir a complexidade do campo do patrimônio imaterial**
  - Heterogeneidade dos contextos, comunidades e bens culturais
- **Assumir a complexidade de trabalhar com políticas participativa**
  - Participação em todos os processos e instâncias
  - Grande número de atores envolvidos – perspectivas e interesses diferentes
  - Tempo diferenciado dos processos
  - Ressignificação das relações entre Estado e sociedade civil - Iphan como **mediador** e **apoiador** dos processos.
  - Necessidade de construção de consensos – capacidades de coordenação, negociação e articulação.
  - Compreensão processual do desenvolvimento das ações – o resultado será aquele possível, considerando as próprias dinâmicas da sua construção e os diferentes atores envolvidos.

## Desafios

- **Assumir a complexidade da gestão compartilhada da salvaguarda**
  - As ações de patrimônio imaterial só podem ser tratadas de forma articulada e em processos de co-responsabilização– poder público (todos), sociedade civil e detentores;
  - Necessidade de articulação de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural;
  - Reconhecer os limites e possibilidades de atuação das instituições envolvidas;
  - Repensar os instrumentos de financiamento e de repasse de recursos para a sociedade civil;
  - Melhorar capacidades de gestão das instituições públicas de patrimônio e cultura.